

AS CONTINGÊNCIAS QUE O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL FORNECE À SEXUALIDADE DO ADOLESCENTE

EDUARDA MARTINS MALUE¹; RÉGIS DE AZEVEDO GARCIA².

¹ Universidade Federal de Pelotas – eduardammalue@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – regisgarcia@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Consoante a perspectiva psicossocial, generalizando-se a adolescência, esta é uma fase demasiada frágil e instável, dado que é o estágio do desenvolvimento em que os indivíduos atravessam por uma série de metamorfoses (TIBA, 1985). Considerando que a vivência desse período com a proteção de redes de apoio já é suficientemente sensível e desafiadora, a adolescência em situação de vulnerabilidade possui uma dose adicional de riscos ao desenvolvimento (COSTA et al., 2015).

A presente pesquisa visa descrever e analisar, especificamente, a vulnerabilidade do adolescente em situação de acolhimento, traçando ainda um paralelo com um dos aspectos protagonistas à adolescência: a sexualidade. Considerando a importância da sexualidade nessa fase (TIBA, 1985) e as contingências não ideias do acolhimento institucional (FERREIRA, LITTIG & VESCOVI, 2014), vê-se a necessidade de integrar os escassos escritos acerca das questões sexuais do adolescente institucionalizado, para assim somar à literatura acadêmica, viabilizar abordagens mais eficientes na rede de acolhimento e facilitar o desenvolvimento de propostas de intervenção.

2. METODOLOGIA

Este estudo utilizou-se como instrumento de pesquisa a análise bibliográfica, do tipo descritiva, dispondo em seu repertório produções literárias e artigos de periódicos eletrônicos. O parâmetro de seleção para tais obras foi a relação de livros e periódicos com os temas: Adolescência, Acolhimento Institucional e Sexualidade. Em razão à falta de escritos acerca da temática específica, empregou-se a transversalidade dos materiais bibliográficos encontrados, para assim alcançar a integração da temática visionada.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Acerca das obras literárias observadas, a maioria apontou que o acolhimento institucional propiciou contingências contraproducentes no âmbito da sexualidade dos adolescentes. A reprimenda das vivências性uais por parte das instituições foi o posicionamento que se mostrou mais frequente na literatura (CASSAL, LAMEIRÃO & BICALHO, 2009; LEITE & SILVA, 2010), sendo que a censura se transpassa nas mais amplas manifestações da sexualidade, desde o brincar de casinha até o próprio ato sexual.

As restrições da sexualidade nas instituições observadas são barreiras até aos usuários que vivenciam o interesse sexual de maneira socialmente

regimental, ou seja, de forma monogâmica e heterossexual. Isto posto, àqueles que experienciam a sexualidade de forma dessemelhante encontram não apenas barreiras, mas uma alfândega inteira. Sobre os adolescentes que experienciaram a homossexualidade, SANTOS & BOUCINHA (2011) atestam que um dos posicionamentos mais comuns das instituições é a repreensão severa.

Em relação à papéis de gênero, são apontados também reproduções de papéis histórico-culturais difusos (LEITE & SILVA, 2010), evidenciando-se por parte da equipe e usuários padrões relacionados com a hostilidade e preconceito. Além disso, a maioria das obras bibliográficas retrata uma ampla e multifacetada relação entre sexualidade e violência, como no âmbito da agressão entre namorados, (PENNA et al. 2016), abuso sexual entre usuários (ARAÚJO, 2008) e as mais variadas gamas.

A assídua relação da violência com a sexualidade nos acolhimentos institucionais se dá devido ao histórico de vida impetuoso que muitos adolescentes foram expostos previamente à medida de acolhimento (CARINHANHA & PENNA, 2012), somado também à falta de um espaço seguro para discutir acerca da sexualidade. Consoante a isso, UZIEL & BERZINS (2012) apontam que a ausência da educação sexual é um proceder de desproteção por parte das instituições, sendo fator de risco para a gravidez precoce, disseminação de doenças sexualmente transmissíveis e outros.

4. CONCLUSÕES

Massiva parte dos adolescentes são direcionados às medidas de acolhimento devido aos repertórios de violência ou negligência por parte dos cuidadores. Desta forma, considerando o histórico de diligências que tais jovens são expostos, ao Estado intervir com a medida de abrigamento deveria apresentar contingências mais favoráveis ao desenvolvimento de tais indivíduos, que já possuem feridas demasiadamente profundas. Assim, sendo a esfera da sexualidade crucial à puberdade, a reprimenda ou reprodução de padrões violentos nas questões sexuais são aspectos inadmissíveis e contraditórios à rede que tem como objetivo a proteção do menor.

Além do respaldo do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), o jovem em medida de acolhimento também tem seus direitos assegurados pelos Direitos Humanos, juntamente aos direitos sexuais. Isto é, os usuários do serviço devem exercer livremente a sua sexualidade, com autonomia sob seus corpos, envolvimento público, expressão sexual livre de discriminação e com acesso à saúde integral (MATTAR, 2008).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, S., A. **Jovens identificados como autores de abuso sexual: sentidos da violência.** 2008. 117f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente.** Câmara dos Deputados, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

CARINHA, J. I.; PENNA, L., H., G. Violência vivenciada pelas adolescentes acolhidas em instituição de abrigamento. **Texto contexto - enfermagem**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 68-76, 2012.

CASSAL, L. C. B.; LAMEIRÃO, M. B. S.; BICALHO, P. P. G. Juventudes Rizomáticas: Problematizações da Sexualidade em Abrigos e Instituições de Cumprimento de Medidas Sócio-Educativas. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p.132-147, 2009.

COSTA, R. F. et al. Redes de apoio ao adolescente no contexto do cuidado à saúde: interface entre saúde, família e educação. **Revista da Escola de Enfermagem**, São Paulo, v. 49, n. 5, p. 741-747, 2015.

MATTAR, L. D. Exercício da sexualidade por adolescentes em ambientes de privação de liberdade. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 133, p. 61-95, 2008.

PENNA, L. H. G. et. al. Adolescentes em situação de acolhimento institucional; vulnerabilidade às infecções sexualmente transmissíveis. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 507-512, 2015.

SANTOS, N. I. S.; BOUCINHA, I. A. A experiência de morar em abrigos. **Gerais, Revista Interinstitucional de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p. 36-49, 2011.

TIBA, I. **Puberdade e Adolescência: desenvolvimento biopsicossocial**. São Paulo: Ágora. 1985.

UZIEL, A. P.; BERZINS, F. A. J. Adolescências, autonomia e direitos sexuais: fragmentos de histórias de meninas abrigadas. **Revista Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 105-115, 2008.

VESCOVI, R. G. L. Crianças e adolescentes abrigados: perspectiva de futuro após situação de rua. **Revista Psicologia Social**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 165-174, 2014.